

ARTIGOS

Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 — 1763)

Katia M. de Queirós Mattoso
Universidade Católica da Bahia

De tradição antiga, a historiografia baiana tem conhecido um novo vigor nos últimos quinze anos (1). Mestres de obra dessa vitalidade são as dezenas de novos historiadores, formados pelas Universidades Federal e Católica da Bahia, cujos estudos, a nível de mestrado e de doutorado, vieram enriquecer a produção historiográfica abrindo-lhe, inclusive, novas perspectivas. Porém, por motivos ligados à falta de recursos materiais, todos esses estudos têm privilegiado o período contemporâneo (1800-1930) e temas geralmente ligados à história econômica e social.

Nossa intenção não é de falar sobre as dezenas de teses de mestrado baianas que, por falta de divulgação, permanecem infelizmente desconhecidas para a maioria dos historiadores brasileiros; alás, mereceriam pelo menos ser resenhadas (2). Hoje gostaríamos de abordar um outro aspec-

(1) — Lembremos que entre os primeiros cronistas da terra brasileira encontram-se Gabriel Soares de Souza, autor do "*Tratado descritivo do Brasil em 1587*" e frei Vicente do Salvador cuja "*História do Brasil, 1500-1627*" é a primeira do gênero. Ambos esses autores residiram na Bahia.

(2) — Para os que se interessam em conhecer os trabalhos dos jovens historiadores baianos, uma lista das dissertações de mestrado é disponível no Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Estrada de São Lazaro, 197 (Federação), 40000 Salvador, Bahia,

to da literatura histórica dedicada à Bahia, e que se refere às obras dos chamados entre nós “brazilianists”. Dedicadas na sua maioria ao período colonial e principalmente aos séculos XVII e XVIII, esses estudos permanecem praticamente inéditos e por isso tão desconhecidos quanto os estudos de nossos mestre baianos (3). Familiarizar, pois, o leitor brasileiro com os problemas que colocam, as hipóteses que levantam e as novas perspectivas que abrem, é tarefa que também merece nossa atenção.

Mas que o leitor se tranquilize: nas linhas que se seguem não vai encontrar uma sucessão de resenhas críticas desses estudos. Nosso propósito é esboçar um perfil da Bahia colonial e especificamente da Bahia da primeira metade do século XVIII, à luz do que de novo trazem essas contribuições no campo da história econômica e social e que singularmente enriqueceram os nossos conhecimentos sobre um período ainda mal conhecido da história da cidade do Salvador e de seu Recôncavo, mas que, sobretudo, abrem novos caminhos para a reflexão teórica e oferecem perspectivas para novas pesquisas.

Salvador da Bahia de Todos os Santos: a história do rápido desenvolvimento da cidade colonial pode ser contada de outra maneira que não a dos esquemas tradicionais. Certamente faltam, no campo da demografia histórica, os recenseamentos e registros paroquiais que permitiriam conhecer com mais ou menos precisão o crescimento, a estagnação ou mesmo a regressão da população da cidade e de sua hinterlândia durante os três séculos de dominação colonial (4). As avaliações feitas pelos con-

(3) — Das cinco teses de doutoramento de “brazilianists” dedicadas ao período colonial, somente duas foram publicadas: Russell-Wood, A.J.R., *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley, University of California Press, 1968; Schwartz, S. B. *Sovereignty and society in colonial Brazil. The high court of Bahia and its judges, 1609-1751*. Berkeley, University of California Press, 1973 (tese editada em português pela editora *Perspectiva* de São Paulo). As teses cuja relação damos em seguida são ainda inéditas, porém, exemplares mimeografados podem ser procurados junto à University Microfilms International, Xerox University Microfilms, 300 North Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, USA: Smith, D. G. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socioeconomic study of the merchants in Lisbon and Bahia: The University of Texas at Austin, 1975*; Soeiro, S.A. *A baroque Nunnery: the economic and social role of a colonial convent: Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia 1677- 1800*. University of New York, 1974; Flory, R.J.D. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. The University of Texas at Austin, 1978. Assinalamos ainda as teses não utilizadas no escopo deste estudo mas que também permanecem inéditas: Morton, F.W.O. *The conservative revolution of Independance: economy, society and politics in Bahia (1790-1840)*. University of Oxford, St Antony's College, 1974; Aufderheide, P. *Order and violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840*. University of Minnesota, 1976; Lugar, C. *The merchant community of Salvador, Bahia (1780-1830)*, 1980.

(4) — Mattoso, Katia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1978, pp. 115-133.

temporâneos freqüentemente misturam o número dos habitantes estabelecidos no Recôncavo com o número dos habitantes da cidade, o que não é de estranhar numa época em que a zona rural se estende até as paróquias ditas urbanas e em que os proprietários rurais vêm à cidade para vender, comprar, cumprir deveres administrativos e religiosos, visitar parentes próximos ou afastados. Em 1585, Gabriel Soares de Souza avaliava a população das cidade em 14.000 habitantes, dos quais 4.000 teriam sido brancos (5); por volta de 1757 Salvador teria tido 37.000 habitantes e em 1807 mais de 50.000. Estes números podem parecer modestos, porém, na época, causavam o espanto dos viajantes estrangeiros que admiravam a beleza do sítio e a atividade buliçosa de sua população pintalgada. A magnificência da cidade testemunhava da importância de suas funções administrativas e econômicas e seus habitantes mostravam que tinham sido capazes de enfrentar os inúmeros desafios encontrados no seu caminho: desafios militares, climáticos, econômicos e sociais dos primeiros séculos de colonização.

Até meados do século XVII, a Bahia enfrentou ataques vindos de toda parte e que não foi fácil repelir: piratas e flibusteiros vindos do alto mar, índios pouco amistosos vindos do interior, franceses, ingleses e holandeses vindos do Norte ou do Sul. Os senhores de engenho do Recôncavo, cujas propriedades eram postas a saque, eram obrigados a ęternos recomeços (6). Mas a população autóctone foi logo exterminada nas inúmeras guerras conduzidas contra ela, ou assimilada pelos casamentos e pela concubinação com o homem branco (7). Cabeça da colônia portuguesa, a cidade do Salvador socorria os outros estabelecimentos portugueses do Brasil e foram da Bahia que partiram as expedições para expulsar os franceses de Villegaignon da Guanabara em 1560 e os do Maranhão, em 1613. Os holandeses conseguiram ocupar a cidade durante alguns meses (1624-1625) mas a partir de 1640 a ocupação batava se restringiu a Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não mais ameaçado a sobrevivência da capital colonial.

Outros perigos, porém, espreitavam a jovem Bahia portuguesa. Graves epidemias assolaram a população: em 1617 e mais tarde, em 1680-1684, a peste. Sempre: a varíola, a tuberculose a febre terçã que reinavam em estado endêmico. Índios, brancos, negros africanos, trazidos aos milhares

(5) — Este autor faleceu em 1591 como Governador Geral da Conquista e das Minas. Fino cronista, Gabriel Soares de Souza descreve com muitos detalhes e excelente espírito de observação a recém-construída cidade de Salvador e seu Recôncavo.

(6) — Pinho, José Wanderley de Araujo. *História de um Engenho do Recôncavo*, 1552-1944. Rio de Janeiro, Livraria Z. Valverde, 1946, pp. 51-56 e 73-89.

(7) — Pinho, José Wanderley de Araujo. *História social da cidade do Salvador. Aspectos da história social da cidade (1549-1650)*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1968 e Tavares, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. 7ª edição revista e ampliada. São Paulo, Atica/INL/MEC, 1981.

para o cultivo da cana, morriam facilmente porque viviam em condições sanitárias precárias e eram com frequência mal alimentados. Porque a capitania da Bahia importava grande parte de seus gêneros alimentícios, até de Lisboa, para melhor se dedicar à produção de açúcar: quando o preço do açúcar subia, os lavradores de cana tinham interesse de abandonar o cultivo de viveres. O porto da cidade era o centro incontestável do comércio do Atlântico Sul, mas o sistema de navegação em frotas, que reunia até uma centena de navios, trazia na cidade, em certas épocas do ano, uma enorme população de marinheiros e de comerciantes que era necessário alimentar... e tratar quando era atacada pelas epidemias que, aliás, ajudava a espalhar (8).

Acrescentemos a esta lista de calamidades na cidade as secas e as chuvas excessivas e todos os desafios econômicos e sociais postos pelo rápido desenvolvimento da produção agrícola e das trocas comerciais. Colonizar custava caro à Coroa portuguesa, por isso era necessário aumentar ao máximo os lucros do empreendimento. A historiografia tradicional brasileira nos tem acostumado a pensar o desenvolvimento econômico do Brasil a longo prazo como uma sucessão de ciclos, cada ciclo sendo dominado por um único produto e, por conseguinte, considerado como destrutor. No século XVI o pau-brasil que fornecia a matéria tintorial necessária às manufaturas têxteis da Europa ocidental, mas que destruía o capital florestal; depois de 1570 teria começado o ciclo do açúcar, o qual manifestava o desejo de um estabelecimento perene nas novas terras, mas que é também uma escolha imposta pelo alto valor mercantil do açúcar na Europa, pela experiência já adquirida pelos Portugueses no cultivo da cana nas ilhas do Atlântico (Madeira, Açores, Cabo Verde) e, principalmente, pela existência de terras aparentemente propícias a essa cultura no litoral da colônia. A monocultura devastadora da cana sucede o ciclo do ouro com seu importante deslocamento de populações para o interior das terras brasileiras. Até os anos de 1760 o ouro é a principal riqueza para Portugal (9).

Certamente cômodo, esse esquema esconde entretanto realidades econômicas regionais bem diferentes. O corte de pau-brasil só foi possível ali onde a floresta era próxima ao mar ou próxima a rios; a cana de açúcar só vingou ali onde havia condições climáticas favoráveis (entre 1200 e 1500 mm de chuva por ano), solos ainda ricos em sais minerais e condições de transporte que permitiam o escoamento da produção nos portos

(8) — Azevedo, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador, Itapoã, 1969 (Coleção Baiana), pp. 159-210.

(9) — A literatura sobre os “ciclos” da economia brasileira é vastíssima. De maneira geral são ainda pertinentes os estudos de Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo*) e de Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*), ambos com várias edições.

de exportação; o ouro só foi achado e explorado nas capitâneas do interior do Brasil, em Minas Gerais, em Goiás, em Mato Grosso e muito pouco na Bahia.

Na realidade, durante o período colonial, a cidade de Salvador foi sobretudo o centro em que se reuniam as principais riquezas de toda a colônia. E foram, sem dúvida, exemplares as respostas que soube dar esse porto ao criar, na cidade e na sua hinterlândia, próxima ou mais distante, estruturas sociais originais, capazes de enfrentar os desafios dos homens e da natureza. Porque era necessário fazer face a uma tripla vocação: àquela ligada à sua função de cidade administrativa e religiosa; àquela ligada à sua função comercial como porto de importação e de exportação de mercadorias as mais variadas e, finalmente, àquela ligada a seu papel de redistribuidor de mercadorias, vindas da Europa, da África e da Ásia, para várias partes da colônia portuguesa.

No seu papel de capital da colônia distante, Salvador abrigou todos os serviços necessários à administração. De Portugal chegam numerosos servidores civis e militares, num vai e vem sem cessar de pessoas e de correios. Pela lei esses oficiais do Governo deviam permanecer pouco tempo na colônia — por exemplo, o Governador Geral devia mudar de quatro em quatro anos — mas Salvador soube com frequência casar algumas de suas filhas, ricas herdeiras de potentados locais, com tal desembargador da Relação ou com tal outro oficial graduado, que então abandonavam Lisboa e a mãe pátria para ficar na Bahia (10). Eis um exemplo típico de transgressão e de flexibilidade postas em marcha para ajudar o desenvolvimento da cidade.

Porque foram os homens os responsáveis pela riqueza da Bahia colonial. Mas quem foram esses homens administrados e explorados pela Coroa portuguesa? Os que moram na zona rural seriam os mesmos que residem na cidade? visto que a cidade e seu Recôncavo viviam em estreita simbiose e que é necessário vir à cidade para executar e cumprir a maioria das funções administrativas, para comprar o que a terra não produz ou vender o que ela produz? Aliás, não existe um único senhor de Engenho, um único lavrador de cana ou de tabaco que não tenha casa na cidade ou pelo menos pousada na casa de um parente ou de um compadre.

A vida social se desenvolvia através dos múltiplos laços atados no seio das comunidades familiares, das associações religiosas ou profissionais, das festas compartilhadas, dos serviços prestados. A cavalo, de barco ou a pé a circulação no Recôncavo era relativamente cômoda nos meses sem chuva e sem trovoadas.

(10) — S.B. Schwartz, *Sovereignty... op. cit.*, pp. 315-356.

A implantação do complexo agro-industrial ao qual se dá o nome de Engenho era cara. Os senhores de Engenho necessitavam de capitais para construir as instalações, comprar as máquinas, as ferramentas, os escravos. Muitos partilhavam os riscos com os lavradores (11). Durante esse período colonial o açúcar conhece fortunas diversas: períodos de prosperidade e de depressão se sucedem. Entretanto, o cultivo da cana resiste e até se desenvolve. É que em período de crise o Engenho recolhe-se sobre si, vive em total autarcia num sistema de economia fechada que limita ao máximo suas trocas com o exterior e poupa seu dono de um endividamento demasiado junto aos comerciantes da cidade, em geral responsáveis pela comercialização da produção. Unidade de produção, o Engenho é também uma comunidade social na qual cohabitam livres e escravos, senhores brancos e negros cativos. Porém, devemos evitar opor sistematicamente brancos livres e negros escravos, imaginando que todos os brancos eram senhores e todos os negros escravos, curvados sobre a gleba ou dedicados aos serviços domésticos. Certas tarefas que nos primeiros tempos eram executadas por brancos livres, pouco a pouco passaram para as mãos de libertos ou de escravos: as de feitor, de mestre de açúcar, por exemplo. Da mesma maneira, a maioria dos artesãos, cujos serviços eram indispensáveis para a boa marcha do Engenho (12), eram desde os começos do século XVII, negros, certamente escravos, porém capazes de ganhar algum dinheiro para si mesmos. Dentro do sistema escravista, as hierarquias sociais do mundo rural eram relativamente flexíveis e era nessa flexibilidade que esse mundo buscava sua força e sua seiva (13).

Com o passar do tempo tornou-se possível distinguir varios tipos de lavradores, conforme fossem proprietários das terras que lavravam ou simples meeiros (14). Além disso as antigas propriedades se dividiram, seja por atos de partilha relativos à herança, seja pela própria venda de parcelas a terceiros. Tal sesmaria de duas léguas quadradas, outorgada pela Coroa em 1609, comportava em 1722 sete Engenhos e um número considerável de lavradores, visto que se contam geralmente para cada En-

(11) — R.J.D. Flory. *Bahian society in the mid-colonial period...* op. cit., pp. 17/63 e Schwartz, S.B. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: *Colonial roots of modern Brazil*. Ed. Dauril Alden, Berkeley, University of California Press, 1973.

(12) — Antonil, J.A. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Texte de l'édition de 1711. Traduction et commentaire critique par A. Mansuy. Paris, IHEAL, 1968, pp. 74-289 e Mattoso, K.M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador...* op. cit., pp. 155-158.

(13) — A respeito do problema de mobilidade social na área rural do cultivo de cana-de-açúcar, de tabaco e de gênero de subsistência, há necessidade de estudos adicionais. Eles permitiriam fundamentar melhor a hipótese da existência de uma "brecha camponesa" no sistema escravista, levantada por Ciro F.S. Cardoso no seu estudo "A brecha camponesa no sistema escravista". In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pp. 133-154.

genho de tamanho médio 6 a 8 lavradores. Cada um desses lavradores empregava de 3 a 25 escravos, quando o senhor de Engenho empregava em média 50 escravos (15). Os lavradores de cana, proprietários de suas terras, eram os privilegiados desse mundo rural complexo, no qual se encontravam também lavradores sem terra e até trabalhadores agrícolas — na verdade pouco numerosos — que recebiam um salário fixo anual (16). Os grandes proprietários rurais investiam capitais importantes, às vezes tomados emprestados de ricos comerciantes ou de instituições leigas e religiosas da cidade (17). Dívidas, embargo de bens, pedidos de dinheiro fresco junto a parentes ou amigos, tal era às vezes o tributo que pagava a prestigiosa honra de ser senhor de Engenho. Mas o senhor de Engenho nunca demorava na cidade: se partia a galope para a próxima Salvador na intenção de pôr em ordem seus negócios econômicos e administrativos, a triplo galope retornava para sua bela Casa Grande, onde pessoalmente fiscalizava seu empreendimento agro-industrial. Não há absenteísmo entre os senhores de Engenho e nesse fato reside talvez o segredo de seu sucesso. Sucesso que deve ser sempre consolidado e que devora os homens e seus bens: as propriedades mudam frequentemente de mão, a um ritmo que surpreende se comparado à relativa estabilidade de propriedade nas mãos de famílias tradicionais do “Ancien Régime” francês, por exemplo (18).

No início do século XVIII, esses senhores de Engenho do Recôncavo baiano eram 70% portugueses ou filhos de portugueses: camada social sempre renovada por contribuições de fora, o que em parte explica seu êxito. Tomemos o exemplo de Antonio da Rocha Pita cuja orgulhosa Casa Grande de senhor do Engenho *Freguesia* ainda hoje se visita. A bela mansão e sua capela vigiam de vez o horizonte marinho, a senzala dos escravos e as terras de cana das colinas vizinhas. Antonio da Rocha Pita, que comprara essa propriedade por volta de 1680, havia nascido em Portugal. Vindo para o Recôncavo e para a casa de um tio, rico senhor de Engenho, apaixonou-se por uma prima afastada, raptou-a e na aventura do rapto foi até ferido no braço por uma bala de espingarda.

(14) — Cf. nota 11. Empregamos o termo “meeiro” de maneira um pouco abusiva. De fato, os lavradores de cana não proprietários de terra não eram todos “meeiros”, vez que existiam outras modalidades para repartir a produção. Fala-se então de lavradores de partido.

(15) — Flory, R.J.D. *Bahia society in de mid-colonial period... op cit.*, pp. 22-45.

(16) — *Idem*, p. 34.

(17) — *Idem*, pp. 72-82 e S. Soeiro. *A baroque Nunnery... op. cit.*, na nota 3 e A.J.R. Russell-Wood, *Fidalgos and Philanthropists... op cit.*, na nota 3.

(18) — A frequência com que certas propriedades mudavam de mãos pode ser estudada a partir da série *Livros de notas e escrituras* proveniente dos tabelionatos da cidade do Salvador, cuja coleção encontra-se na Secção Judiciária do Arquivo do Estado da Bahia.

Acabou, porém, desposando sua bela. Antonio da Rocha Pita foi também proprietário e co-proprietário de navios que navegavam para a África no tráfico de escravos. Possuiu ainda no sertão terras recebidas em sesmaria. Era irmão terceiro de São Francisco e exerceu altos cargos na Santa Casa de Misericórdia. Ficando viúvo, novamente casou-se, e, ao morrer em 1725, deixou numerosa descendência, a qual era aparentada, por via de casamento, às grandes famílias da aristocracia baiana (19).

Por compra ou por casamento com a filha de um senhor de Engenho era possível para um rico comerciante de Salvador se tornar um grande senhor de Engenho. Mas para tanto, era indispensável ser rico, ter conduta irrepreensível e provar que nem gota de sangue impuro de mouro, de judeu ou de negro — corria nas veias. No que diz respeito à “conduta irrepreensível” e à “limpeza de sangue” houve, na realidade, muitas acomodações. Nem sempre a Inquisição pode ou quis descobrir as origens duvidosas de tal ou outro português, fiel paroquiano da comunidade católica da Bahia.

A influência e o prestígio político dos proprietários rurais exerceram-se sobretudo no bojo das instituições civis e militares. A gestão dos negócios locais lhes deve muito e, também nesse campo, é impossível separar a vida da cidade de Salvador de sua hinterlândia rural. Até o começo do século XVIII, os senhores de Engenho dominaram pelo seu número e pelo seu peso a Câmara municipal da cidade, que gozava de amplos poderes, visto que lhe cabia fixar e coletar as taxas locais; arrendar os contratos de monopólio, fixar os preços dos gêneros e dos serviços e conceder as licenças para comerciar ou para abrir loja de artesanato. Era ainda a Câmara que administrava os serviços de limpeza, de saúde e de policiamento da cidade. Sua Mesa de Vereação podia até debater sobre assuntos políticos importantes e não foram raras as vezes em que entrava em conflito com as autoridades da administração real (20). Amplos poderes que pouco a pouco vão ser cerceados: o ano de 1969 marca uma mudança na política de Lisboa para com a sua cidade de Salvador. Até então os membros da Câmara municipal eram eleitos por um colégio eleitoral composto de proprietários rurais e de comerciantes da cidade, chamados “homens bons”. Como o sistema impedia o embargo do Estado sobre a administração local, a Coroa substituiu os magistrados eleitos por magistrados nomeados pelo Governo Geral. Ora, foi justamente nessa época que receberam seu estatuto municipal as vilas do Recôncavo baiano que têm por

(19) — Pinho, J.W. de Araújo *História de um Engenho do Recôncavo... op. cit.*, pp. 91-119 e Jaboatão, frei Antonio Santa Maria, “Catalogo Genealógico”, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, ano 2, nº 2, 1946, p. 138.

(20) — Flory, R.J.D. *Bahia society in the mid-colonial period... op. cit.*, pp. 128-147.

nomes São Francisco do Conde, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe. Essas Câmaras municipais são povoadas pelos senhores de Engenho das redondezas, que assim pouco a pouco abandonam os negócios da grande capital nas mãos dos ricos comerciantes. Abandono, mas abandono bem relativo, porque mesmo quando parecem se recolher nas suas terras, os senhores de Engenho continuam a exercer certo poder sobre a capital: por um lado conservam o comando das tropas de milícia e, por outro lado, suas reivindicações encontram uma maravilhosa tribuna nas Câmaras das pequenas cidades do Recôncavo, para os cargos das quais são automaticamente nomeados se assim o desejarem (21).

Existe, porém outra categoria de proprietários rurais. Quase todos são também de origem portuguesa e seu papel aumenta, acompanhando o desenvolvimento econômico da cidade. Mais uma vez se trata de pessoas que não residem na capital, mas que moram em terras que distam 150 a 200 km do litoral, terras que é impossível separar do porto de Salvador, como o qual vivem em contacto permanente. Esses proprietários rurais produzem tabaco e gêneros de subsistência. Desde meados do século XVII povoaram a região que se situa além da confluência dos rios Jacuípe e Paraguassu. Em geral não se trata de grandes proprietários e com frequência vivem mais afastados da capital que muitos lavradores de cana. Compõem um grupo heterogêneo de grandes, médios e pequenos proprietários, aos quais se reúnem trabalhadores agrícolas chamados colonos (22).

Afastadas de Salvador, os dois terços dessas propriedades têm uma superfície relativamente modesta (menos de 500 ha) e seu habitat é disperso (23). Sítios e fazendas — aparentemente não existe diferença entre os dois vocábulos — são propriedades onde se pratica o cultivo do tabaco, de gêneros alimentícios (mandioca, milho, feijão) e onde se cria gado. O tabaco é tão precioso quando o açúcar: serve de moeda de troca na África para a compra de escravos ou é exportado para Portugal. A agricultura voltada para a produção de gêneros necessários à alimentação e para a criação de gado, contribui para o equilíbrio econômico da região. A cidade precisa de sua hinterlândia para se alimentar e esta com a sua produção diversificada serve os mercados urbanos, se adapta à demanda. Porém nunca conseguiu produzir em quantidade suficiente os gêneros necessários à vida cotidiana do porto e Salvador permanece dependente do sul da capitania, do sul do Brasil e de Portugal para uma parte importante de sua alimentação.

(21) — *Idem*, p. 145.

(22) — *Idem*, p. 160.

(23) — *Idem*, p. 160.

Os investimentos para a criação de um empreendimento agrícola outro que o açucareiro são modestos: quando comprada, a terra custa entre 1000 e 1500 reis o hectare. A morada do proprietário é simples e singela: uma casa terrea, às vezes avarandada, que em nada se parece com as magníficas moradas erguidas pelos senhores de Engenho. Segundo a superfície cultivada, necessita-se de 2 a 25 escravos e basta construir um telheiro (casa de fumo) para servir de lugar de secagem do tabaco e as choupanas que abrigam os escravos para completar a exploração. O ciclo da reprodução do tabaco é mais curto do que o da cana (24), o que permite colher duas safras por ano. No início do século XVIII, havia na região de Cachoeira cerca de 2000 lavradores de tabaco. No decurso do século o número das pequenas explorações agrícolas aumentou às custas de propriedades maiores. Em 1788 no único distrito de Cachoeira, em pleno Recôncavo açucareiro, contavam-se 8000 lavradores de tabaco! E parece que nessa época bom número desses lavradores eram simples inquilinos das terras que trabalhavam (25).

O mundo agrícola do qual Salvador vive nos parece assim como um mundo extremamente diverso e maleável, no qual se misturam trabalhadores agrícolas, lavradores meeiros, pequenos, médios e grandes proprietários rurais. A maioria dos lavradores proprietários tem a mesma origem social: são portugueses ou filhos de portugueses; são irmãos, filhos e genros de proprietários rurais ou até de comerciantes, de magistrados, de militares, de padres e de artesãos bem sucedidos (26). Todavia, 3,1% dos lavradores de tabaco são mulatos de tez clara, porcentagem que pode parecer baixa, mas que apesar de tudo é o sinal de uma evolução. Os trabalhadores agrícolas são, sem dúvida, quase todos gente de cor livre que lavram as terras de proprietários mediante um salário anual ou as lavram para si próprios, mas então se trata de terras marginais, pertencentes a propriedades rurais. Porém, o essencial da agricultura e de seus rendimentos permanecem nas mãos dos descendentes de portugueses, instalados na cidade ou na região mais ou menos recentemente (27).

Apesar de permanecer a atividade a mais prestigiosa, pouco a pouco o cultivo da cana não mais monopoliza as atenções. Com efeito, as sucessivas crises que atravessa o açúcar, sobretudo a partir dos anos de 1670, desanimam alguns lavradores. Os senhores de Engenho aprendem a divi-

(24) — J. A. Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil... op. cit.*, pp. 290-341 e R. J. D. Flory. *Bahia society in the mid-colonial period... op. cit.*, pp. 182-185.

(25) — Flory, R. J. D. *Bahia society in the mid-colonial period... op. cit.*, pp. 175-176 e 191-192.

(26) — *Idem*, pp. 198-200.

(27) — *Idem*, pp. 200-201.

dir os riscos, seja aceitando nas suas terras lavradores de partido, seja participando de outras aventuras econômicas. Vários deles são donos de terras na região de cultivo do tabaco, criam gado no sertão, arrendam os contratos de monopólio ou tomam parte em sociedades de comércio ou de navegação. Abertura pois, dessa classe econômica, sem dúvida facilitada pelo fato de bom número desses grandes lavradores de cana e produtores de açúcar serem filhos de comerciantes portugueses ou eles próprios comerciantes (28).

Por outro lado, essa sociedade rural que a princípio era baseada na oposição livres e escravos se abranda: ela começa a secretar categorias intermediárias que desempenham um papel econômico e social cuja importância ainda pouco conhecemos. Posta sob o sinal da mudança e de contínua adaptação, essa sociedade rural é mais dinâmica, mais empreendedora, mais resistente do que geralmente se pensa. Todavia, é verdade que esse dinamismo, essa disposição na adaptação, nem sempre foram a obra dos que se haviam lançado na aventura da produção agrícola açucareira. Por causa disso não somente houve algumas falências verdadeiramente retumbantes, mas também os que não puderam se manter econômica e socialmente, acabaram desaparecendo do cenário social.

No entanto a vocação da Bahia não foi somente agrícola e sua sociedade não foi exclusivamente rural. Na capital, Salvador, vive em permanência uma população numerosa, cujas hierarquias devem também ser descritas se desejamos entender o poder de adaptação econômica que encobre e explica seus sucessos, sua reputação de opulência e a admiração que suscitava.

“Fazer negócio”, comerciar, comprar, vender, revender, redistribuir, tal foi desde os começos a vocação de todos os habitantes de Salvador que fossem livres ou escravos, desembargadores da Relação ou simples aprendizes de algum ofício, viúvas desprovidas ou jovens representantes de profissões liberais. Salvador alimentava vários tipos de comerciantes: exportadores e importadores, lojistas vendedores ou taverneiros, ambulantes de miudezas, de frutas e legumes, de comidas prontas. A qualidade de “mercador” é atribuída pelos contemporâneos a todos os comerciantes, exceção dos mais humildes, isto é, os que não possuem casa própria. O qualificativo “homem de negócio” é o apanágio dos que praticam o comércio transatlântico ou que redistribuem mercadorias pelo Brasil. Esses negociantes são com frequência donos de trapiches e de armazéns, investem em bens imobiliários e na compra de navios. Arrendam taxas e contratos de monopólio: o azeite doce, o vinho e o sal, auferem, nos anos bons, lucros consideráveis a quem arriscou a contratação. Frequentemente esses negociantes emprestam a juros e às vezes possuem lojas

(28) — *Idem*, pp. 112-128.

de varejo, geridas por um caixeiro de confiança. Por outro lado, são homens que têm bastante peso para serem os porta-vozes da comunidade mercantil junto à administração real e junto aos senhores de Engenho cujas filhas, irmãs ou viúvas desposam. E é com certa sobrançeria que olham os comerciantes lojistas, cuja riqueza pode às vezes igualar a deles. Mas há um sinal que não engana: na hierarquia de seus membros, a influente irmandade da Santa Casa de Misericórdia dá o título de “irmão de maior condição” aos grandes negociantes e aos proprietários de Engenho, enquanto os vendedores e os taverneiros são sempre “irmãos de menor condição”. Entre 1660 e 1700, 54 dos 324 irmãos admitidos na Misericórdia como de “maior condição” eram negociantes. É a prova que um bom número dentre eles havia conseguido transpor a barreira que os separava do meio aparentemente fechado da classe dominante, composta pelos senhores de Engenho. Aliás, a partir dos anos de 1720, o número de comerciantes cresce na Câmara municipal de Salvador e entre a oficialidade superior das milícias. Porém, estes privilégios são reservados aos ricos negociantes e o simples comerciante nunca gozará do mesmo prestígio que o negociante. Com efeito, na hierarquia de prestígio no grupo dos simples comerciantes, o consenso social distingue em ordem decrescente: os vendedores e taverneiros que são donos de lojas de secos e de molhados, os caixeiros, os guarda livros e os comissários que “viviam de seu negócio” e uma infinidade de homens e de mulheres, às vezes libertos ou escravos, que mercadejavam com o nome de volantes, mascates, regateiros e canasteiros.

É impossível saber quanta gente se dedicava ao comércio em Salvador. As ruas fervilhavam de vendedores cujo número variava segundo as épocas, as entradas de navios, a situação econômica. Um autor de meados do século XVIII, José Antonio Caldas, mencionava 125 grandes negociantes e donos de loja. Para o período 1700-1750, Flory recenseia 450 comerciantes, pertencentes a todas as categorias: 83% são portugueses, 7% estrangeiros e somente 6% são brasileiros (29). Forte maioria, pois, de portugueses que chegavam geralmente solteiros, mas que se casavam com filhas de comerciantes ou de lavradores abastados, também de origem portuguesa. Esses homens chegados como simples caixeiros, enriqueciam no comércio e em seguida orientavam seus filhos para atividades não comerciais, mandando-os para a Universidade em Portugal ou estabelecendo-os como senhores de Engenho ou como lavradores de açúcar e de tabaco. Quando certas famílias permanecem excepcionalmente na mesma atividade comercial por mais de uma geração, é porque a filha do comerciante casou-se com um jovem imigrante talentoso; o genro toma então a direção dos negócios familiares.

(29) — *Idem*, pp. 218-229.

Esse mundo mercantil é muito bem colocado para livrar substancial parte do comércio baiano do sistema de comércio triangular, dominado pelos comerciantes da metrópole. Com efeito, o esquema de navegação Lisboa/Angola/Salvador/Lisboa foi em parte substituído por relações diretas entre Salvador e a costa da África ocidental, tráfico que beneficiava os negociantes soteropolitanos. O tabaco era trocado na África por escravos e os mesmos comerciantes mandavam para Portugal o açúcar, o tabaco de primeira qualidade e couros, produtos que eram trocados com bens manufaturados e gêneros alimentícios. Este comércio direto com o estrangeiro, estendia-se para todo o Brasil, o que permitiu à economia baiana fazer face às crises do final do século XVII e às que se desenvolveram no decorrer do século XVIII. A Bahia resistia à baixa dos preços de açúcar porque tinha se transformado em um importante centro de redistribuição de mercadorias de todo tipo. Essas mercadorias eram enviadas para as zonas de mineração do ouro, em pleno desenvolvimento na primeira metade do século XVIII. Os comerciantes baianos penetravam no interior do Brasil e continuavam a mercadejar com a África e a Ásia (30). Do enriquecimento dos comerciantes baianos testemunham os grandes armazens e trapiches, os imponentes sobrados de vários andares e de linhas harmoniosas, os dourados de suas Igrejas barrocas que davam à capital portuguesa do Novo Mundo seu aspecto de cidade altiva e de centro abastado. Aliás, os comerciantes baianos sabiam associar-se: como o interesse e os laços de parentesco os uniam aos senhores de Engenho e aos lavradores de tabaco, não hesitavam em investir na região parte dos lucros auferidos no comércio (31).

Certamente, vários desses negociantes são tratados de novos ricos pelos brasileiros de velha estirpe. O irreverente poeta Gregório de Matos, que viveu na Bahia em meados do século XVII, zomba com frequência das pretensões desses “burgueses-fidalgos”, de origem duvidosa que, em poucos anos, conseguem enriquecer vendendo “gato por lebre”, mas que, adulados pelos brasileiros natos, casam-se com as suas filhas e se fazem eleger aos cargos municipais da cidade. A verdade é que às vezes uma geração basta para que um homem de negócio se torne senhor de Engenho; um vendeiro ou um taverneiro para que se transforme em negociante internacional; um mascate para que compre uma venda ou uma taverna. Em duas gerações a promoção social é quase certa, mesmo se o comerciante possuía no começo poucos capitais. Basta-lhe ser hábil na arte de negociar e de bem dotar sua filha. O ilustre baiano Francisco da

(30) — *Idem*, pp. 237-256. Ver ainda: Verger, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et de Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*. Paris/ La Haye, Mouton, 1968 e Lapa, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

(31) — Flory, R.J.D. *Bahia society in the mid-colonial period... op. cit.*, pp. 254-255.

Cunha Torres, por exemplo, antigo estudante na Universidade de Coimbra, cavaleiro da gloriosa Ordem de Cristo, alto servidor de Sua Majestade, por volta de 1730, era neto de um casal de imigrantes, Paulo André e Mariana, gente humilde, chegada em Salvador por volta de 1680. Estabelecidos como pequenos comerciantes, eles haviam conseguido amealhar algum dinheiro, todavia sem nunca contar entre os ricos negociantes da cidade e sem nunca terem possuído bens fundiários ou imobiliários. Porém, a filha deles — a mãe de Francisco — havia sido bem dotada e havia se casado com um oficial militar do Governo de sua Majestade (32).

É também errado pensar que os negociantes de Salvador substituíram os senhores de Engenho no Governo local quando a indústria açucareira entrou em marasmo. O papel cada vez mais crescente da classe comercial baiana, a partir do início do século XVIII, se inscreve num movimento de continuidade (33). Se a mobilidade social dessa classe torna-se mais rápida, isto deve-se à prosperidade comercial e porque o Governo que nomeava os magistrados municipais desejou apoiar-se sobre aqueles que melhor podiam ajudar ao desenvolvimento econômico da urbe. Senhores de Engenho, lavradores de cana ou de tabaco e comerciantes não são categorias sociais de contornos nítidos e precisos. A alta sociedade baiana, com exceção de algumas famílias de muito velha tradição (34), não é uma sociedade fechada. Ela é flúida e sabe abrir-se aos recém-chegados que tiveram a capacidade de enriquecer.

Por outro lado, existe em Salvador uma classe intermediária de homens livres e de libertos ainda mal conhecida porque é pouca a documentação que a concerne: multidão de mascates que percorrem o interior; ambulantes da cidade instalados nos cruzamentos das ruas e nos mercados para vender miudezas, frutas, legumes, suculentas iguarias e comidas prontadas que compõem o costumário da alimentação da classe laboriosa de Salvador. A esta lista se devem acrescentar aqueles homens e aquelas mulheres cujos ofícios são prezados e procurados, como os de barbeiro-sangrador, de músico, de piloto de navio, de bordadeira, de costureira etc.

No entanto, os registros notariais e os das irmandades religiosas assim como as "atas" da Câmara municipal, dão algumas informações bastante precisas sobre os artesãos de Salvador, aqueles mesmos que os viajantes viram labutar nas suas tendas, aqueles que construíram barcos e navios,

(32) — *Idem*, pp. 256-269.

(33) — *Idem*, p. 267. Ver ainda: Smith, D.V. *The mercantile class of Portugal and Brasil...* op. cit., pp. 381-402 e Russell-Wood, A.J.R. *Fidalgos and Philanthropists...* op. cit., pp. 62, 64 71, 119-120 e 124.

(34) — Por exemplo, as famílias Gois, Bilcão, Fiuza, Dorea, Calmon, Pires de Carvalho e Albuquerque, Silva Pimentel, Garcia d'Avila, Pereira Falcão, Moniz Barreto de Aragão etc.

casas e edifícios públicos. Graças à liberalidade dos poderosos e às contribuições em dinheiro ou em trabalho de seus artesãos, Salvador se cobriu de Igrejas ricamente esculpidas e adornadas de ouro, construídas com mármore vindos de Portugal. Os baianos conservam a memória de Francisco Gomes do Rego, que por volta de 1740 doou, em vida, a maioria de seus bens, constituídos de 40 propriedades, numerosos escravos e esplêndidas imagens de santos para a construção e a manutenção da Capela do Senhor Jesus de Bouças Crucificado da Via Sacra e S. Miguel (35).

No início do século XVIII, quase 10% dos artesãos da cidade são ourives, porcentagem que pode parecer enorme, mas que talvez se explica pela abundância de ouro que, na época, há no Brasil, pelo gosto das baianas pelas jóias valiosas e pesadas, com as quais se embelezavam ou enfeitavam as imagens dos santos de sua devoção (36).

Esses artesãos: alfaiates, sapateiros, tanoeiros, caldeireiros, carpinas, marceneiros, calafates pedreiros, pintores etc., são trabalhadores manuais. Como na Europa os “mestres” podem ter como companheiros oficiais e aprendizes, mas com diferença da Europa, alguns são pretos ou mulatos e até escravos e, sobretudo, não existe uma hierarquia rígida no âmbito de cada ofício. Toda vez que uma corporação tentou organizar-se com regulamentos importados de Portugal, chocou-se à falta de mestres qualificados e à eficaz concorrência de trabalhadores adestrados, livres ou escravos, desdenhosos das normas de aprendizagem. Finalmente, as corporações de artesãos só guardaram na colônia o aspecto puramente religioso e caritativo de suas associações.

A elite do mundo artesanal é simplesmente composta de artesãos independentes que gozam de reconhecida experiência. A qualidade de “mestre” que com frequência se encontra nos textos da época, corresponde a uma espécie de consenso social, a uma certa admiração ligada à idade, aos conhecimentos práticos, à riqueza acumulada. O povo dos artesãos baianos deve ser imaginado como um mundo extremamente matizado, no qual negros e mulatos desempenham um papel tanto importante que um bom número de proprietários ensinavam a seus escravos um ofício a fim de poder alugar seus serviços a terceiros. Aliás, os ofícios artesanais como também o pequeno comércio ofereciam aos homens de cor, livres, libertos e escravos, boas oportunidades para sua ascensão social (37). No início do século XVIII, 67% dos artesãos de Salvador eram originários

(35) — Alves, Marieta. *Folhas mortas que ressuscitam*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1975, pp. 8-10.

(36) — Flory, R.J.D. *Bahia society in the mid-colonial period... op. cit.*, p. 283.

(37) — Mattoso, Katia M. de Queiróz. *Être esclave au Brésil, XVIe-XIXe. siècle*. Paris, Hachette, 1979 e Oliveira, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador 1790-1890*. Salvador, 1979 (dissertação de mestrado inédita).

de Portugal. Com freqüência, o ofício do pai se transmitia ao filho, principalmente entre os artesãos mais abastados. Seu sucesso lhes permitia adquirir bens, mas raramente eram capazes de acumular um capital importante ou obter empréstimos que lhes permitissem sair de sua condição de artesãos. Uma prosperidade modesta, mas que contudo dava a possibilidade de ajudar os filhos para ascenderem socialmente, era o traço característico dessa categoria social. Por outro lado, na vida política da cidade, seu papel era limitado: a Câmara municipal lhes confiava seus cargos subalternos como os de almotáceis de limpeza ou de inspetores de quarteirão e nas milícias, ocupavam os postos de sub-oficiais (38).

Eis o retrato da sociedade soteropolitana das primeiras décadas do século XVIII. Sem dúvida, trata-se de uma sociedade complexa, mas também dinâmica, fundada sobre uma base escravista. O povo laborioso dos escravos era uma fonte importante de riqueza. Paradoxalmente, porém, ele é o grande ausente desses estudos que na boa tradição da história social norte-americana preocupam-se mais com as classes dominantes do que com as camadas popular ou servil (39). Ora, para entender uma sociedade no seu conjunto é necessário conhecer sua estrutura e o funcionamento de suas hierarquias sociais de modo abrangente, sem nada omitir, sem deixar de lado camadas inteiras de sua população. Isto é ainda mais verdadeiro para a Bahia se levarmos em conta seu caráter de cidade mestiça. Porque quem fala em dinâmica social se refere sobretudo aos mecanismos de mobilidade social, à capacidade dos homens de se inserir num novo meio. Se hoje conhecemos um pouco melhor como um humilde português tornava-se um grande negociante e seu filho, ou ele próprio, um poderoso senhor de Engenho, gostaríamos também de melhor conhecer por que mecanismos um escravo se tornava liberto e seu filho um homem livre.

(38) — Flory, R.J.D. *Bahia society in the mid-colonial period...* op. cit., pp. 320-328

(39) — É evidente que estamos nos referindo aos estudos de norte-americanos que dizem respeito à Bahia. Nos últimos anos, a bibliografia sobre a escravidão no Brasil tem sido enriquecida com valiosas contribuições de estudos norte-americanos, mas todos esses estudos se concentram no século XIX. Desses estudos destacamos os de Karash, *Mary Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1860*. University of Wisconsin, 1972; Kiernan, James Patrick. *The manumission of slaves in colonial Brazil: Paraty 1789-1822*, University of New York, 1976 e Slenes, Robert. *The demography and Economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Stanford University, 1976.